COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.829, DE 2004

Estabelece as alíquotas de contribuição para os contratos de aprendizagem previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Autor: Deputado LOBBE NETO

Relator: Deputado GERMANO BONOW

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.829, de 2004, de autoria do Ilustre Deputado Lobbe Neto, pretende reduzir as alíquotas de contribuição previdenciária do trabalhador empregado e de seu empregador, referentes a contrato de aprendizagem, para dois e quatro por cento, respectivamente.

Em sua justificativa, o autor esclarece que a medida promoverá a redução do desemprego entre os jovens. Argumenta, ainda, que a legislação federal prevê que sejam adotadas medidas de tutela e proteção ao trabalho do adolescente.

A proposição tramita em regime ordinário e foi distribuída para apreciação conclusiva, na forma do inciso II, do art. 24, do Regimento Interno desta Casa, pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o Projeto de Lei em análise foi rejeitado, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Pedro Henry.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em pauta é oportuno e meritório, na medida em que cria incentivos para contratação de adolescentes. O trabalho na adolescência, além de importante para complementar a renda familiar, é mecanismo de formação dos jovens.

A inserção dos jovens no mercado do trabalho representa, ainda, uma medida que reduz o índice de violência juvenil. Nossos jovens precisam de oportunidades para iniciar suas vidas profissionais, mas, em geral, a discriminação contra pessoas que ainda não têm experiência torna mais difícil sua colocação no mercado de trabalho.

De fato, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2006, dos jovens entre 15 a 17 anos, apenas 30,5% exerciam algum tipo de trabalho.

As políticas públicas recentemente implementadas, como o Programa Primeiro Emprego, por exemplo, não foram, ainda, eficientes para promover a redução do nível de desemprego entre os jovens.

Para reverter essa situação, julgamos que a redução dos encargos para contratação de jovens trará aumento no nível de ocupação entre essa classe da população.

Entendemos, no entanto, que a redução da alíquota previdenciária incidente sobre os contratos de aprendizagem de vinte para quatro por cento, no caso da cota patronal, e de oito a onze para dois por cento, no caso da alíquota do trabalhador, conforme previsto no Projeto ora sob análise, certamente enfrentará resistência, por ser uma mudança bastante acentuada.

Com o objetivo, portanto, de reduzir essas resistências, apresentamos, em anexo, um Substitutivo à Proposta Inicial no qual propomos

percentuais intermediários, isto é: alíquota patronal de dez por cento e de quatro por cento para o empregado.

Não obstante os contratos de aprendizagem possam ser firmados com pessoas maiores de 14 e menores de 24 anos de idade, conforme preceitua o art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005, optamos, também, por restringir o limite de idade no qual serão aplicadas as já mencionadas alíquotas reduzidas.

Considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conceitua adolescente como a pessoa maior de 12 e menor de 18 anos, estamos propondo que a redução da alíquota de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social vigore apenas para os contratos de aprendizagem da pessoa maior de 14 anos e menor de 18 anos. Importante mencionar que, apesar da legislação previdenciária, como regra geral, só permitir a inscrição no RGPS aos maiores de 16 anos, o inciso II do art. 6º da Instrução Normativa do MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005, abre exceção para o menor aprendiz, a partir dos 14 anos de idade.

Julgamos que a restrição na aplicação das alíquotas previdenciárias reduzidas não prejudicará as pessoas de 18 a 24 anos, pois nessa faixa de idade o nível de ocupação atinge 62% da população, segundo dados da PNAD 2006, IBGE, contra os já citados 30,5% da população entre 15 e 17 anos.

Com a restrição de idade e a redução menos acentuada na taxa de contribuição, o impacto financeiro da Proposição em análise sobre a arrecadação da previdência social será bastante minimizado, podendo até ser nulo, em decorrência do incentivo à contratação de trabalhadores aprendizes.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.829, de 2004, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado GERMANO BONOW
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.829, DE 2004

Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir as alíquotas de contribuição sobre os contratos de aprendizagem da pessoa maior de 14 anos e menor de 18 anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar acrescidos dos seguintes parágrafos:

“Art. 20

.....

§3º A contribuição prevista no *caput* deste artigo será reduzida para quatro por cento, quando o segurado for trabalhador aprendiz.

§4º Considera-se trabalhador aprendiz, para os efeitos desta lei, a pessoa maior de quatorze e menor de dezoito anos de idade, contratada na forma do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”(NR)

“Art. 22

.....

§14. A contribuição prevista no inciso I deste artigo será reduzida para dez por cento, quando incidir sobre remuneração paga ao trabalhador aprendiz, referido no §4º do art. 20 desta Lei. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado GERMANO BONOW
Relator